



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social  
SESDS/PMA

---

**PROCESSO Nº 153/2019–SESDS/PMA**

**INTERESSADO:** Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social - SESDS/PMA

**REFERÊNCIA:** Memo nº 053/2019-DAF/SESDS e Memo nº 098/2019-GCMA.

**ASSUNTO:** *contratação de empresa especializada no fornecimento dos serviços de locação de equipamentos de informática (computadores), conforme Termo de Referência constante nos autos, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social (SESDS/PMA) e Guarda Civil Municipal, neste município de Ananindeua, Estado do Pará.*

**PARECER Nº 035/2019-ASSESSORIA JURÍDICA/SESDS/PMA**

Senhor Secretário,

Instados a nos manifestarmos a respeito da contratação de empresa especializada no fornecimento dos serviços de locação de equipamentos de informática (computadores), conforme Termo de Referência constante nos autos, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social (SESDS/PMA) e Guarda Civil Municipal, neste município de Ananindeua, Estado do Pará, estabelecemos as considerações a seguir expostas:

Em resumo, o Secretário autorizou a presente contratação, considerando que para o bom e regular desempenho de suas funções, a Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social - SESDS/PMA necessita realizar aquisições prementes. Assim, determinou-se a realização de aquisição direta para o objeto em epígrafe por meio da seleção de interessados, buscando-se a melhor proposta possível, com observância ao princípio da isonomia.

Nestes termos, esta Secretaria realizou a cotação de preços por meio das seguintes empresas: ALCABOX, TECSERV TECNOLOGIA E SERVIÇOS, CENTRAL TI, e ainda por meio da ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do PREGÃO PRESENCIAL nº PP 003/2019-PMT, que segue anexa aos autos juntamente com o respectivo edital, a empresa LOCDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.811.328/0001-90

Mediante a retro mencionada cotação, constatou-se que o preço apresentado na ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do PREGÃO PRESENCIAL nº PP 003/2019-PMT, é o mais vantajoso para a Administração Pública, obtendo-se o menor preço apresentando o valor mensal de 7.816,00 (sete mil oitocentos e dezesseis reais), perfazendo o valor integral da contratação de R\$ 93.792,00 (noventa e três mil setecentos e noventa e dois reais), conforme planilha de estimativa de custo contida nos autos, para o qual se sugere ADESÃO, em conformidade com a legislação em vigor. Em seguida, o processo foi remetido a esta Assessoria Jurídica para as providências cabíveis ao caso em tela.

É o breve relatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social  
SESDS/PMA

---

## I. DO MÉRITO NO DIREITO

De acordo com informações oriundas da Diretoria Administrativa e financeira desta SESDS/PMA, assim como da Inspeção Geral da GCMA, urge a necessidade para contratação de empresa especializada no fornecimento dos serviços de locação de equipamentos de informática (computadores), conforme Termo de Referência constante nos autos, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social (SESDS/PMA) e Guarda Civil Municipal, neste município de Ananindeua, Estado do Pará,

Tal contratação visa a adequação e otimização dos serviços destas entidades da Administração Pública, para que desenvolvam eficazmente suas atividades, no atendimento aos interesses da Coletividade, e considerando ainda o desgaste e a deterioração natural dos equipamentos ora em uso, que se encontram defasados tanto no quantitativo quanto qualitativamente.

Desta forma a presente situação refere-se ao atendimento de certas necessidades indispensáveis para a regular prestação de serviços pelo Poder Público, de forma eficaz e imediata, de modo que os servidores desta Secretaria e da GCMA possam desenvolver regularmente suas atividades atendendo de forma satisfatória as necessidades da Coletividade.

Por conseguinte, a Constituição acolheu a presunção absoluta de que a prévia licitação produz a melhor contratação, entendida como aquela que assegura a melhor vantagem possível à Administração Pública, com observância do princípio da isonomia, exigindo licitação para os contratos de obras, serviços, compras e alienações (art. 37, XXI), bem como para a concessão e a permissão de serviços públicos (art. 175).

Para o Professor Cretella Jr. existe a obrigatoriedade da licitação, como regra geral, ao dizer que "**no campo do direito administrativo, as compras, obras e serviços públicos não são livres. Devem ser precedidas de licitação, já que o administrador não é dominus da coisa pública e dela não pode dispor como quiser**"<sup>1</sup>. Logo, a regra geral a ser observada é da realização de Licitação, antes da celebração dos contratos firmados pela Administração Pública, Direta e Indireta, conforme a ilação do artigo 1º e seguintes da Lei nº 8666/93:

**"Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.**

---

<sup>1</sup> CRETELA JÚNIOR, José. *Administração indireta brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 2010



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social  
SESDS/PMA

---

***Parágrafo único. Subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.***

***Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões, locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei.***

***Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.***

***Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.”***

A Lei nº 8666/93, também estabelece que o sistema de registro de preços que será precedido de ampla pesquisa de mercado, e regulamentado por Decreto nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 15 do referido diploma Legal:

***“Art. 15. (...)***

***§ 1º O registro de preços será precedido de ampla pesquisa de mercado.***

***(...)***

***§ 3º O sistema de registro de preços será regulamentado por decreto, atendidas as peculiaridades regionais, observadas as seguintes condições:***

***I - seleção feita mediante concorrência;***

***II - estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados;***

***III - validade do registro não superior a um ano.”***



PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA  
Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social  
SESDS/PMA

---

Pela análise do dispositivo legal supedâneo constatamos que o Sistema de Registro de Preços, deve atender as peculiaridades regionais e as seguintes condições: a) seleção feita mediante concorrência, b) estipulação prévia do sistema de controle e atualização dos preços registrados e, por fim, c) validade do registro não superior a um ano. Por conseguinte, o Sistema de Registro de Preços no Município de Ananindeua, Estado do Pará, encontra-se regulamentado no Decreto nº 11.698/2009, destacando, no que tange ao procedimento de adesão, os §§§ 5º, 6º e 7º do art. 3º *in verbis*:

***“Art. 3º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência ou de pregão, do tipo menor preço, nos termos das Leis nos 8.666, de 21 de julho de 1993, e 10.520, de 17 de julho de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.***

***(...)***

***§ 5º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para que este indiquem os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.***

***§ 6º Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudiquem as obrigações anteriormente assumidas.***

***§ 7º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere os §§ 5º e 6º supra, não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.***

No caso *in concreto* constatamos que a ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do PREGÃO PRESENCIAL nº PP 003/2019-PMT observa as exigências contidas no art. 15, § 3º, I, II e III, da Lei nº 8.666/93, assim como no Decreto nº 11.698/2009, em seu art. 3º, §§§ 5º, 6º e 7º, sendo ainda o mais vantajoso para Administração Pública devido a economicidade, conforme pesquisa mercadológica anexada aos autos, bem como atende aos princípios constitucionais da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável, contidos no art. 3º da Lei nº 8.666/1993.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ANANINDEUA**  
**Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social**  
**SESDS/PMA**

---

## **II. DA CONCLUSÃO**

Por todo o exposto, uma vez atendidas às exigências da legislação ao norte elucidada e aos princípios inerentes ao procedimento licitatório e à Administração Pública, descaracterizado qualquer possibilidade de desvio de poder ou finalidade, opino pela adesão à ATA DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do PREGÃO PRESENCIAL nº PP 003/2019-MPT, para contratação de empresa especializada no fornecimento dos serviços de locação de equipamentos de informática (computadores), conforme Termo de Referência constante nos autos, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Social (SESDS/PMA) e Guarda Civil Municipal, neste município de Ananindeua, Estado do Pará por se tratar da proposta mais vantajosa para a Administração Pública municipal, devendo em tudo observar as exigências legais aplicáveis à espécie, o que ora se sugere.

É o parecer que submeto à superior consideração.

Ananindeua, 09 de setembro de 2019.

**SANDRO JOSÉ CABRAL ALVES**  
**ASSESSOR JURÍDICO-SESDS/PMA**  
**OAB/PA Nº 6955**